



CLIPPING



11 e 12 de
FEVEREIRO
2023

REPÓRTER

70

> VAGAS ENSINO

Em pleno início do ano letivo na maior parte dos municípios paraenses, em Parauapebas, região sudeste do Pará, foram registrados formalmente, junto à Promotoria de Justiça, 30 casos de recusas de matrículas para o ensino fundamental nas escolas municipais, e 17 recusas para o ensino médio. Diante do quadro, considerado grave pelo Ministério Público do Estado do Pará, a 5ª promotora de Justiça da Infância e Juventude de Parauapebas, Vanessa Herculano, expediu recomendação em caráter de urgência aos secretários municipal e estadual de Educação, para resolver de imediato a falta de vagas escolares para crianças e adolescentes na rede pública de ensino do município que é considerado a capital brasileira do minério, receptor de altos valores em royalties das empresas mineradoras e que figura há alguns anos no topo da lista do maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Pará.

PRAZOS

O MPPA havia concedido, no último dia 26, prazo de 30 dias para a resolução completa da demanda. Porém, em acompanhamento direto da situação por meio de reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação, ontem, a promotora de justiça Vanessa Herculano acatou os argumentos do trabalho que está sendo feito junto às escolas, para ampliação de novas turmas que ajudem a regularizar a situação o quanto antes, e ampliou o prazo em 15 dias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> CARNAVAL PREVENÇÃO

A 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, que tem à frente a juíza Mônica Maciel Soares Fonseca, faz campanha de prevenção a crimes no Carnaval, em parceria com o Instituto Liberta. Cartazes foram impressos para distribuição em pontos de maior concentração de foliões, com apoio da diretoria de Políticas de Segurança Pública e Prevenção Social da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). A meta é orientar sobre os crimes mais comuns na folia: exploração sexual de crianças e adolescentes, estupro de vulnerável e importunação sexual.

EMPOUCASLINHAS

Os novos membros da diretoria executiva, assembleia geral e conselho fiscal da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Amepa) foram empossados para triênio 2023-2026, sob o comando do juiz Líbio Araújo Moura, que assumiu a presidência da Amepa.

O evento reuniu magistrados, Ministério Público do Pará e autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, e ainda o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Junior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEASDATA



Raul Luiz Ferraz Filho.



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

Presidente do TJPA recebe as ilustres visitas de procurador e procuradora gerais do Estado do Pará



Desembargadora Maria de Nazaré recebeu, com juizes auxiliares, o procurador-geral do Estado Ricardo Nasser Sefer e a procuradora-geral adjunta, Ana Carolina Gluck Paul

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, junto com os juizes auxiliares da presidência, An-

tonieta Ferrari Miléo e Silvío César dos Santos, recebeu o procurador-geral do Estado, Ricardo Nasser Sefer, e a procuradora-geral adjunta do Contencioso, Ana Carolina Lobo Gluck Paul. A visita institucional ocorreu no gabinete da presidência, na sede do TJPA.

Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes promove campanha preventiva para o Carnaval

A 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, que tem como titular a juíza Mônica Maciel Soares Fonseca, realiza campanha de prevenção aos crimes contra crianças e adolescentes relacionados ao carnaval. A iniciativa é feita em parceria com o Instituto Liberta, que viabilizará a im-

pressão de cartazes educativos para serem distribuídos em pontos estratégicos.

A campanha visa orientar sobre crimes que podem ser cometidos durante as festas de carnaval, como exploração sexual de crianças e adolescentes (pena de 4 a 10 anos de reclusão), estupro de vulnerável (pena de 8 a 15 anos

de reclusão) e importunação sexual (pena de 1 a 5 anos de reclusão).

Segundo a magistrada, a campanha está buscando a parceria dos organizadores de blocos e escolas de samba, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e do TerPaz, além da Secretaria de Cultura.



Juíza Mônica Fonseca, da Vara da Infância e Adolescência

MINUTA

● O Tribunal Regional Federal da 1ª Região-TRF1, decidiu que o Inmetro tem poder de polícia para autuar empresa por quantidade menor que a nominal em embalagem de produto. O instituto reprovou o produto "leite condensado" no exame pericial quantitativo. O fato ocorreu no Estado de Goiás.

● Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos na Lei 8.213/1991, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

● Não são consideradas como doença do trabalho a doença degenerativa; a inerente a grupo etário; a que não produza incapacidade laborativa e a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

● Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

● De acordo com o site do TST, a primeira turma do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a incompetência da Justiça do Trabalho para examinar ação do Ministério Público que pretendia que o Banco Bradesco S.A. fosse proibido de conceder crédito a cliente com nome no cadastro de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas às de escravo. Ao não conhecer do recurso de revista, o colegiado manteve a decisão da instância anterior, considerando que a ação não trata de relação de trabalho, mas de consumo.

● INSS informa que o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) já está disponível no site do Meu INSS e em breve também estará no aplicativo. A nova funcionalidade permite que o documento seja emitido em meio eletrônico a partir das informações presentes do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais-eSocial.

Colaboração. Prof. Jaciel Papaléo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ICMS: Justiça suspende decisões contrárias que impediam novo formato de cobrança

DECISÃO

O Tribunal de Justiça do Estado (TJPA) suspendeu, na última quinta-feira (09), todas as decisões liminares que impediam os efeitos do Decreto Estadual nº 2.401/2022, o qual determinou mudanças no formato da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno adquiridos fora do Estado do Pará.

“Havia várias liminares suspendendo este decreto. Porém, agora, obtivemos esta decisão favorável, proferida pela excelentíssima presidente do TJPA, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, após um pedido feito pelo Estado para que essas liminares fossem suspensas e o decreto voltasse a produzir efeitos junto aos casos onde ele havia sido suspenso, evitando per-



Decreto determina mudanças no formato da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre materiais de construção FOTO: AGENCIA PARA

das aos cofres públicos do Pará”, explicou o procurador do Estado, Elísio Augusto Velloso Bastos.

A decisão foi emitida após a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) entrar com pedido de suspensão de liminar em face de ente público, solicitando que estas liminares, deferidas em ações judicializadas por empresas privadas contra o que de-

terminou o decreto estadual, fossem suspensas.

“Na decisão, foram suspensas liminarmente

todas as decisões contra o Estado do Pará que envolvem este decreto”, reforçou Elísio.

PARA ENTENDER

NOVOFORMATO

Em 1º de junho de 2022, o Governo do Estado publicou o Decreto nº 2.401/2022, que determinou que, a partir do mês seguinte, os materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno passariam a recolher, no Pará, o ICMS pelo regime de substituição tributária.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



ATRÁS DAS GRADES DE NOVO PRESO PELO MESMO CRIME

Uma denúncia anônima resultou na captura de Adriano Costa Pinheiro, na cidade de Curralinho, no Arquipélago do Marajó

TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

Adriano Costa Pinheiro, mesmo com uma chance deferida pela Justiça, não aprendeu a lição, voltou a errar e foi novamente preso pelo crime de tráfico de drogas, no município de Curralinho, na Ilha do Marajó.

As informações estão no registro de flagrante delito lavrado na Delegacia de Polícia Civil de Curralinho, depois que uma equipe da Polícia Militar, através do 82º PPD de Curralinho, sob o comando do sargento Benon, fez a apresentação do suspeito e do material entorpecente.

O sargento Benon, na companhia dos sargentos Iokanam e Rovany, cabo Odir e soldados R. Silva, Aleff e J. Die-

go, recebeu denúncia anônima de que Adriano Costa Pinheiro, que já responde um Termo Circunstanciado de Ocorrência por posse de drogas, o qual foi considerado provisoriamente como usuário, estaria comercializando agora entorpecentes na feira da rua Esmeralda Fonseca, no bairro Cafezal.

Diante das informações, a guarnição de imediato se deslocou ao endereço, que é conhecido como Feirinha, e no momento em que o suspeito avistou a viatura, ele correu e entrou em uma loja próxima, o que facilitou assim a abordagem e busca pessoal. Ele logo foi questionado pela tentativa de fuga inesperada.

Na revista pessoal, os policiais militares de Curralinho encontraram o motivo da fuga: 33 porções de maconha, um barra de maconha prensada, dinheiro em notas miúdas, papel seda e um aparelho celular.

Todo material conspirava para a veracidade da denúncia e Adriano Costa Pinheiro agora não tem mais como apelar para a versão de ser usuário de drogas. Por isso, ele foi conduzido para a Delegacia de Polícia Civil de Curralinho, para os devidos procedimentos agora de flagrante pelo crime de tráfico de drogas.



O criminoso estava com maconha, notas de dinheiro e um aparelho celular
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

MAGISTRADOS

Os novos membros da Diretoria Executiva, Assembleia Geral e Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Pará (Amepa) foram empossados em solenidade realizada na quinta-feira, 9, em Belém. A nova diretoria terá mandato no triênio 2023-2026, sob a presidência de Lívio Araújo Moura. Ele destacou a importância da missão desempenhada pela associação: “Juizes estaduais são a porta de entrada do serviço público da população mais carente, dada a nossa competência residual e nossa capilaridade física em quase todos os municípios do Pará”.

LINHA DIRETA

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) alerta a população e autoridades sobre tentativas de golpes por ligação telefônica e mensagem de WhatsApp. Os golpistas se passam por servidores e até usam o nome de magistrados, exigindo pagamentos e depósitos antecipados relacionados às custas processuais.

A tentativa consiste em solicitar que a pessoa faça o pagamento de um boleto ou transferência por Pix para receber um suposto valor. A Justiça paraense não encaminha solicitações de pagamento para a conclusão de processo por ligação e WhatsApp. A recomendação é denunciar às autoridades competentes qualquer recebimento de pedido suspeito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

OUVIDOR GERAL DO MPPA PARTICIPA DE REUNIÃO DO CNOMP EM SP

O Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Adélio Mendes dos Santos (quarto da dir. para a esq.), participou da 63ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP). O evento ocorreu em São Paulo dias 7 e 8/02, tendo como objetivo discutir o papel da ouvidoria para a sociedade. A reunião contou com diversas mesas, palestras e apresentação dos projetos "Ouvidoria Cidadã", "Ouvidores em Ação - Busca Ativa" e "Ouvidoria para todos", bem como o desenvolvimento de planos de ação para as ouvidorias em 2023.



Rede "Entre Nós" realiza planejamento estratégico

No último dia 4 a Rede Entre Nós, que visa fomentar a liderança feminina na advocacia, promoveu uma manhã de imersão para realizar o planejamento estratégico do ano de 2023. O evento marcou o ingresso de integrantes da rede como voluntárias para planejar e executar os projetos conjuntamente com as 10 diretoras. O planejamento, feito através de um coworking exclusivo para mulheres, foi facilitado por Ely Ribeiro e Gyselle Vaz no espaço Donadelas House.



Feminicídio: promotoras conseguem a condenação de réus em Paragominas

As promotoras Paula Caroline Nunes Machado e Patrícia Carvalho Medrado Assmann, conseguiram a condenação e 2 réus acusados de feminicídio em Paragominas. Dia 31/01 foi julgado o caso ocorrido no dia 26/02/22. Os jurados acataram a tese da acusação e condenaram o réu a 15 anos de

reclusão pela morte de sua companheira por violência doméstica. Dia 02/02 foi julgado o crime ocorrido em 07/11/21. Os jurados acataram a tese da acusação e condenaram o réu a 21 anos de reclusão por homicídio triplamente qualificado: réu ateu o fogo em sua companheira na frente dos filhos, de 2 e 9 anos de idade.



PMA e Jacoby Fernandes firmam parceria técnica

Os representantes do escritório Pinheiro & Mendes Advogados assinaram, no último dia 2, em Brasília, um contrato de parceria Técnica e Advocatícia com o Escritório Jacoby Fernandes e Reolon. O doutor inador (foto) é um dos maiores especialistas em direito administrativo do país e, para celebrar a parceria, um evento de lançamento será realizado em Belém na primeira quinzena de março. O dia contará com a presença do professor Jacoby Fernandes, maior especialista em licitações e contratos do Brasil.



Ministra Carmen Lúcia participa de evento de instituto em Belém

O Instituto de Direito Amazônico, presidido pelo advogado Mario Hesketh, realizará em março um evento no Teatro Gasômetro com a presença da Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), para celebrar os 100 anos de falecimento de Rui Barbosa patrono da advocacia brasileira. O advogado Marcelo Guedes integra o comitê organizador.



Os conselheiros federais Sérgio Pinheiro, Cristina Laurencô e Alberto Campos participaram na última segunda-feira, em Brasília, da sessão inaugural do Conselho Federal da OAB (CFOAB), onde discutiram diversos temas importantes em favor da advocacia brasileira.

Mal-estar

Uma medida inesperada dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, criou um mal-estar dentro da Defensoria Pública do Estado. Promotores solicitaram investigação em desfavor de 3 defensores públicos, por supostos crimes de prevaricação e advocacia administrativa. O corre que os promotores não se atentaram para o histórico nada abonador do denunciante e alegam não ter negado o atendimento, mas falta de possibilidade mínima do pedido. Os defensores levarão o caso para a Corregedoria Nacional do MP e ajuizarão uma ação penal contra os promotores, sem renunciar danos morais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**VERA CASTRO**
vera.castro@diariodopara.com.br

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), representado pelas promotoras de Justiça Agrária, Renata Cardoso e Ione Nakamura, bem como pela coordenadora do Centro Operacional de Direitos Humanos (CAODH), Ana Cláudia Pinho, participou, na última quinta-feira, 9, da reunião de apresentação do estudo “Combate à grilagem de terras em cartórios no Pará: Uma década de avanços e desafios”, lançado pela iniciativa Amazônia 2030.